

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### PROJETO DE LEI Nº 6.214, DE 2005

Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de produtos da cesta básica de alimentos.

**Autor:** Deputado FERNANDO DE FABINHO

**Relator:** Deputado NELSON MARQUEZELLI

## I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que reduz a zero as alíquotas da COFINS e do PIS/PASEP incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de produtos da cesta básica de alimentos.

O projeto altera, de fato, o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, introduzindo-lhe um inciso XII, que estende as isenções das citadas contribuições já previstas nesta Lei para o milho e seus derivados, como fubá, creme de milho e flocos, além do sal de cozinha e do macarrão.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR



OF583E7211

Cabe à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio proferir parecer sobre o mérito econômico da matéria em tela.

Nesse sentido, é público e notório que o sistema tributário brasileiro padece de uma série de distorções provenientes não só da elevada carga tributária, que atinge cerca de 40% do PIB, como, principalmente, da forma iníqua e injusta como se distribui entre os diferentes setores da economia e entre as diferentes camadas de renda da população. Com efeito, um sistema tributário fortemente apoiado em impostos indiretos é notadamente regressivo, uma vez que os tributos embutidos nos preços não guardam relação com a capacidade contributiva dos consumidores, incidindo igualmente sobre ricos e pobres.

Por esta razão, faz sentido econômico que a legislação tributária vise à correção parcial destas distorções, buscando reduzir o efeito da tributação indireta, tanto no que tange a seu efeito sobre o consumidor final de renda mais baixa, como no que se refere a insumos que façam parte de cadeia produtiva complexa ou se caracterizem como bens de capital. Assim busca-se a obtenção de mais equidade econômica, por um lado, e de eficiência econômica, de outro, a partir da redução do custo do investimento produtivo na economia.

O presente projeto de lei, a nosso ver, concorre para atenuar os efeitos regressivos supracitados, uma vez que as mercadorias que compõem a cesta básica são parte importante da dieta alimentar das populações de baixa renda no País. Logo, a isenção pretendida terá efeito na redução do custo das famílias mais pobres, cumprindo, como bem defende o ilustre Autor, relevantes objetivos sociais.

Por esta razão, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.214, de 2005.**

Sala da Comissão, em            de março de 2006.

Deputado NELSON MARQUEZELLI

Relator

